

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

ROSÂNGELA DAMASCENO COSTA

**MÍDIAS E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RS**

**Porto Alegre
2018**

ROSÂNGELA DAMASCENO COSTA

**MÍDIAS E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA
REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Mídias na Educação, pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS.

Orientador(a):

Caroline Bohrer do Amaral.

**Porto Alegre
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Reitor: Prof. Rui Vicente
Oppermann

Vice-Reitora: Prof^a. Jane Fraga Tutikian

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Celso Giannetti Loureiro Chaves

Diretor do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação: Prof. Leandro Krug
Wives

Coordenadora do Curso de Especialização em Mídias na Educação: Profa. Liane Margarida
Rockenbach Tarouco

CIP - Catalogação na Publicação

Costa, Rosângela Damasceno
MÍDIAS E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RS /
Rosângela Damasceno Costa. -- 2018.
45 f.
Orientadora: Caroline Bohrer do Amaral.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Educação, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA
EDUCAÇÃO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS NA
EDUCAÇÃO, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Mídias e a inclusão escolar na Rede Estadual do
Estado do RS. 2. Inclusão escolar: da conceitualização
as Leis.. 3. Desafios dos professores.. 4. Ferramentas
tecnológicas para crianças com NEE.. I. Amaral,
Caroline Bohrer do, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus por minha vida, família e amigos.

Ao meu tutor Givaldo Medeiros desde o início do curso mostrou-se muito tranquilo e colaborativo.

A tutora Tássia P. F. Grande agora no finalzinho do curso assumiu este papel com muita vontade de nos auxiliar e colaborar na construção desta monografia.

A minha orientadora Caroline B. Amaral pela paciência, competência e empenho dedicado à elaboração deste trabalho, suas dicas foram primordial para mim.

Ao meu marido Geraldo, filho Raphael e afilhada Stéphanie pela parceria sempre.

Ao meu cachorro Lucky que ficou ao meu lado nas madrugadas de elaboração deste trabalho.

RESUMO

A reflexão em torno do tema mídias e os recursos tecnológicos disponíveis para o processo de inclusão escolar não é recente. Para se construir um panorama, este estudo buscou, através de uma revisão sistemática da literatura, o que está sendo produzido e discutido no meio acadêmico a partir de pesquisas no Repositório Digital Lume – UFRGS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo critério de seleção e análise privilegiou os documentos que contêm o foco no uso de mídias para o processo de inclusão em escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul que tenham sido publicados no período de 2010 a 2018. Para melhor análise deste material, construiu-se um referencial teórico que tem por base a inclusão, legislação e tecnologias a partir dos seguintes autores: Mantoan (1997, 2003), Santos e Paulino (2008), Fonseca (2003), Dall’Asta e Brandão (2004). Com a revisão bibliográfica realizada neste estudo, foi possível verificar que grande parte dos trabalhos encontrados consideram as tecnologias como uma forte aliada ao processo de inclusão, proporcionando formas mais atrativas de ensino e aprendizagens mais significativas. A maioria dos autores defende que as salas de recursos multifuncionais são locais propícios para a concretização de uma educação inclusiva, e o professor tem um papel fundamental tanto nas salas de recursos multifuncionais como nas salas regulares, em priorizar um atendimento de qualidade e buscar sempre a formação continuada para atender estes alunos, tendo em vista seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. As escolas, por sua vez, precisam conhecer e valorizar a importância da qualificação de seus professores e dos benefícios relativos à implantação das salas multifuncionais. Assim, poderão buscar, pelas vias adequadas, tais recursos junto ao poder público, bem como garantias de formação para seu corpo docente, prestando-lhes o apoio técnico necessário.

Palavras-chave: Mídias na educação. Inclusão escolar. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The reflection around the media theme and the technological resources available for the process of school inclusion is not recent. In order to construct a panorama, this study sought, through a systematic review of the literature, what is being produced and discussed in the academic environment from researches in the Digital Repository Lume - UFRGS. It is a qualitative research whose selection and analysis criterion privileged the documents that contain the focus on the use of media for the inclusion process in schools of the state network of Rio Grande do Sul that have been published in the period from 2010 to 2018 (2003), Santos and Paulino (2008), Fonseca (2003), Dall'Asta and Brandão (2004). With the bibliographic review carried out in this study, it was possible to verify that a great part of the studies found the technologies as a strong allied to the inclusion process, providing more attractive forms of teaching and more significant learning. Most authors argue that multifunctional resource rooms are places conducive to the achievement of an inclusive education, and the teacher has a fundamental role both in multifunctional resource rooms and in regular rooms, in prioritizing quality care and seeking training. Schools, in turn, need to know and value the importance of the qualification of their teachers and the benefits related to the implantation of multifunctional rooms. Thus, they will be able to seek, through the appropriate channels, such resources with the public power, as well as guarantees of training for their faculty, providing them with the necessary technical support.

Keywords: Media in education. School inclusion. Elementary School

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Levantamento bibliográfico do repositório LUME-UFRGS com o foco na Cidade de Porto Alegre- RS nos anos de 2010 até 2018.....	25
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
AEE	Atendimento Educacional Especializado
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidade Educacional Especial
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PNEE	Portadores de Necessidades Educativas Especiais
RS	Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Inclusão Escolar: da Conceitualização às Leis	13
2.2 Desafios dos professores	18
2.3 Ferramentas tecnológicas para crianças com NEE	21
3 METODOLOGIA.....	23
4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	25
4.1 Síntese dos Resultados.....	33
4.1.1 Salas de Recursos Multifuncionais.....	33
4.1.2 Ferramentas como Aliadas na Inclusão Escolar.....	35
4.1.3 O papel do professor.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O tema mídias e inclusão escolar: desafios e possibilidades na rede estadual de ensino do RS foi escolhido por despertar inquietações acerca das dificuldades e desafios que os educadores enfrentam no cotidiano, uma vez que, por muitos anos, as crianças com alguma deficiência eram “escondidas” da sociedade, porém, atualmente, estão frequentando a escola. As tecnologias como ferramentas para a construção do conhecimento podem configurar um grande avanço na educação inclusiva, viabilizando que estudantes acessem recursos que podem facilitar e/ou potencializar aprendizagens e o desenvolvimento de determinadas habilidades.

É um grande desafio inserir e integrar os alunos com necessidades educacionais especiais. Traçar objetivos onde a socialização, integração e aceitação estejam sempre presentes, faz com que os professores repensem suas práticas pedagógicas para desenvolverem um trabalho diferenciado, atendendo cada aluno dentro de sua real necessidade, valorizando seu progresso com respeito e paciência.

Este estudo torna-se relevante para a autora, uma vez que a inclusão no contexto escolar no qual a pesquisadora leciona está cada vez mais presente. No ano de 2018, a sua turma era composta por 29 alunos, sendo que 5 (cinco) desses alunos necessitavam de um olhar diferenciado, assim como de atividades adequadas para cada fase de desenvolvimento. Este número elevado ocorreu devido ao fechamento de várias escolas menores no entorno, entre as quais, algumas possuíam salas de recursos multifuncionais para atender os alunos com NEE. Isto acarretou uma demanda maior de matrículas destes alunos que fazem parte da educação especial na escola em que a pesquisadora atua, trazendo-lhe novos desafios e questionamentos.

A inclusão escolar se faz necessária assim como o atendimento ao seu propósito, qual seja, o de garantir uma educação justa e igualitária atendendo a todos sem discriminação. Para facilitar a inclusão escolar, as tecnologias surgem como forte aliadas no processo, como através dos *softwares* educacionais, por exemplo, que proporcionam uma aprendizagem mais significativa e de fácil aceitação.

Este estudo é uma revisão sistemática da literatura, cuja busca foi realizada no Repositório Digital Lume – UFRGS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo critério de seleção e análise privilegiou os documentos que contêm o foco no uso de mídias para o processo de inclusão em escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul que tenham sido

publicados no período de 2010 a 2018. Com o intuito de averiguar como a temática “mídia e inclusão escolar” estão sendo debatida no meio acadêmico, esta monografia tem como objetivos: conhecer o que está sendo produzido no meio acadêmico em uma revisão sistemática da literatura sobre mídias e inclusão escolar; ampliar conhecimentos sobre aspectos legais referentes às tecnologias digitais junto à Educação Especial e; compreender o papel do professor no processo do ensino para crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) com o apoio de tecnologias digitais.

Os questionamentos são muitos, mas a reflexão foi construída a partir do seguinte problema: Como as tecnologias digitais estão contribuindo para a inclusão escolar? Desta questão principal, desdobram-se outras questões: Que ferramentas tecnológicas estão sendo utilizadas para a construção de conhecimento por crianças com NEE? Quais as leis envolvidas neste processo? E qual o papel do professor? Ressalta-se que não se busca somente cumprir a lei, e sim, incluir, de fato, essas crianças no contexto escolar com recursos tecnológicos que favoreçam o processo de aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo está articulado a quatro seções. Na primeira seção, aprofunda-se a discussão sobre o público alvo e a escola a partir de conceitos e leis envolvidas no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE). Na segunda seção, centra-se no papel do professor na inclusão de novas tecnologias e a inclusão escolar de alunos com NEE. A terceira seção abordará ferramentas tecnológicas que podem facilitar o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que podem motivar e enriquecer a construção do conhecimento por essas crianças.

2.1 Inclusão Escolar: da Conceitualização às Leis

Para viabilizar a inclusão das mídias e das crianças com NEE nas escolas regulares em todas as etapas e modalidades da educação básica, leis e decretos foram criados para assegurar recursos e serviços educacionais para garantir a real permanência destes alunos por meio da educação inclusiva, tópicos que serão abordados nesta seção.

Para iniciar, se faz necessário compreender o conceito de inclusão e integração na visão de alguns autores para se distinguir as duas expressões. De acordo com Santos e Paulino (2008, p. 12):

Incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta estas diferenças.

De acordo com Mantoan (2003, p. 22), o uso da palavra “integração” refere-se à “inserção de alunos com deficiência nas escolas, mas é empregado também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência”.

Para essa autora (2003), inclusão tem a intenção de melhorar a qualidade de ensino das escolas, sobretudo com os alunos especiais ou os que têm muita dificuldade de aprendizado. A diferença entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos os procedimentos e atitudes que devem ocorrer nas escolas, de modo que possam acolher todos os alunos, nos diferentes níveis de ensino sem discriminação.

Sasaki (1998 apud Lima, 2006) considera a integração e inclusão como formas de inserção social, embora sejam conceitos distintos. Ele associa a integração ao modelo

médico adotado nos anos 1960 e 1970 que buscava tornar a pessoa apta para satisfazer os padrões do meio social. Já a inclusão, iniciada na década de 1980 e desenvolvida nos anos 90, propõe a modificação da sociedade para torná-la capaz de acolher todas as pessoas.

De acordo com Santos e Paulino (2008, p. 32), ao conceituar inclusão e integração eles trazem o seguinte:

A integração insere o sujeito na escola esperando uma adaptação deste ao ambiente escolar já estruturado, enquanto que a inclusão escolar implica redimensionamento de estruturas físicas da escola, de atitudes e percepções dos educadores, adaptações curriculares, entre outros.

Desse modo, a inclusão é a capacidade da sociedade em geral se modificar para acolher as diferenças, oportunizar ensino de qualidade para todos, respeitando os diferentes saberes e compreendendo as limitações de cada indivíduo. Já a integração é quando o sujeito tenta se adaptar ao meio social em que está inserido. Pela limitação de possibilidades via integração, houve toda uma movimentação, a partir dos anos 90, para que a inclusão acontecesse.

A escola, com a democratização do ensino e as políticas de inclusão, vem, cada vez mais, recebendo alunos que antes não acolhia. Para que a escola se torne inclusiva, justa e igualitária se faz necessário uma nova organização. Nessa nova organização do ensino, fica evidente a necessidade de conhecermos quem são esses alunos que fazem parte da educação especial e que possuem amparo legal que lhes assegura o pleno desenvolvimento escolar. O documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) define quem necessita das ações destinadas à Educação Especial são os alunos com:

- Deficiência;
- Transtornos globais de desenvolvimento;
- Altas habilidades/superdotação.

Por educação especial na modalidade da educação escolar, conforme a Resolução CNE/CEB nº2 de 11/09/2001 no seu art.3º, entende-se:

Um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o

desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Ainda, na Resolução CNE/CEB nº2 /2001, no seu art. 5º, consideram-se educandos com necessidades especiais, durante o processo educacional, os que apresentarem:

I- Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

Aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específicas;
Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II- Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III- Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Resolução referida acima deixa claro que alunos com dificuldades de aprendizagem mesmo sem um laudo médico ou aqueles com grande facilidade em dominar conceitos também fazem parte da educação especial e devem receber tratamento adequado assim como ter garantia de acesso e permanência.

Uma reflexão sobre o que é deficiência se faz necessária, seguindo a legislação, as “pessoas com deficiência” são aquelas que têm impedimentos de natureza física de longo prazo: deficiência física, deficiência intelectual ou sensorial (surdez e deficiência visual). Estes impedimentos se caracterizam por poderem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme Decreto Federal Nº 6949/2009.

Com a publicação da Lei nº 12.764/2012, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência. Esta lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em consideração aos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

O conceito de deficiência e síndrome aqui explanado é motivado pelo índice cada vez maior dessas crianças nas salas do ensino regular e a escola deve guiar-se no que diz a Declaração de Salamanca (1994, p.2) quanto à educação inclusiva:

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiado

Esta Declaração afirma também que toda criança tem direito fundamental à educação e a ter a oportunidade de construir um nível aceitável de aprendizagem, ou seja, a criança terá acesso a todo material necessário para facilitar sua aprendizagem. Logo, os sistemas de ensino devem ser planejados e os programas educativos executados tendo em vista a vasta diversidade das características e necessidades das crianças. As escolas, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação que inclua a todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promove a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educacional. (SALAMANCA, 1994).

O Ministério Público Federal publicou o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (2004), com o objetivo de divulgar e tornar claros os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, afirmando o direito da escola para todos os alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2004). Este documento apresenta um referencial para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, organizados para atender o conjunto de necessidades e características de todos os cidadãos.

A educação inclusiva é regulada por várias normas e leis. A Constituição Federal (CF) de 1988, no Capítulo III, Seção I, Define no artigo 205, “a educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família, será impulsionada e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”.

Ainda, a Constituição Federal traz o princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de ensino. Outro objetivo desta Constituição é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Isto inclui, principalmente, instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o

ambiente externo. Por exemplo: ensino da Língua brasileira de sinais (Libras), do código Braille, uso de recursos de informática e outras ferramentas tecnológicas, além de linguagens que precisam estar disponíveis nas escolas comuns para que elas possam atender com qualidade aos alunos com e sem deficiência. (BRASIL, 1988).

Fundamentando-se no Capítulo VII Art.227 da CF, encontramos a necessidade de criação de programas que visam à prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração do adolescente portador de deficiência, por meio de treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilidade de acesso aos bens e serviços, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Para a Lei 8.069 de 13/07/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Art. 5º).

O Cap. I do Direito à Vida e à Saúde diz que:

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado. Cap. IV do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer art.

53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, (1990, p.13).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (lei nº 9.394/96), no Art.4º, diz que o dever do estado com Educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em todos os níveis de ensino. A Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, trata sobre o trabalho com o currículo diferenciado e flexibilizado aos alunos que fazem parte do público alvo da Educação Especial.

Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Ainda, contempla, no Art. 2º (CNE/CEB Nº 2/2001), que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos

educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Em seu parágrafo único assegura:

Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (BRASIL, 2001).

As leis asseguram os direitos, mas as efetivas ações irão depender das providências, políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas. De acordo com Carvalho (2005, p.77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

No início desta seção, a autora deste trabalho traz conceitos sobre a inclusão e integração, fica evidente que em ambos busca-se melhorar a qualidade de ensino, acolher a todos sem distinção, promover o desenvolvimento das habilidades valorizando as potencialidades de cada um. Ainda, se tratando das leis específicas para a inclusão digital e de crianças com NEE, garantem-se o cumprimento do direito constitucional de acesso ao Ensino Fundamental, já que pressupõem uma metodologia pedagógica das escolas que atendam às diferenças, sem discriminações, beneficiando a todos com o convívio na diversidade.

2.2 Desafios dos professores

O desafio aqui sugerido refere-se às condições de acessibilidade, salas de recursos, material didático adequado, formação continuada dos professores, disponibilização de tecnologias de informação e comunicação com acesso à internet. Isto tudo está previsto em lei, para assegurar a real permanência no contexto escolar destas crianças não apenas com necessidades especiais, mas também a todos os alunos tendo em vista a igualdade de oportunidades, respeitando-se as diferenças. Como afirma Mantoan (2003, p. 24):

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas, todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele!

Fica evidente o quanto é importante que o professor tenha formação para atuar de forma eficiente no processo de inclusão escolar e digital. Antes, somente os professores com formação específica lidavam com os alunos deficientes. Como a inclusão tem chegado às escolas antes da preparação necessária para este fim, muitos docentes precisam procurar cursos de especialização tanto na área pedagógica como em mídias da educação. De acordo com Santos e Paulino (2008, p. 34),

Até recentemente, apenas os professores que possuíam um interesse pela Educação Especial é que se dirigiam para a formação específica e depois, obviamente, faziam escolhas profissionais ou não que envolviam a Educação Especial. Infelizmente, a demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação do professor, e a solução tem sido a capacitação do profissional em serviço, através dos programas de formação continuada. As práticas pedagógicas eficazes e apropriadas às deficiências são imprescindíveis para a evolução dos alunos, e isso o professor só consegue planejar e desenvolver quando recebe o referencial teórico e a assessoria pedagógica adequados.

O professor diante da inclusão dos alunos, primeiramente, deve acolher esse aluno, para depois assegurar que tenha recursos e possibilidades para o seu desenvolvimento global tão necessário. De acordo com Figueira (2011, p. 36):

O verdadeiro professor, consciente de seu compromisso e desafio ético de educar a todos que pertencerem ao seu alunado, primeiro o receberá e somente depois irá se informar, buscar o maior número possível de informações e recursos para promover o desenvolvimento global daquele aluno. De modo geral, o bom educador reconhece que sua formação é permanente, contínua e flexível e que ocorre em salas de aulas das universidades, com o hábito e prática de leituras e de estudos, assim como também no dia a dia das escolas, na convivência cotidiana com colegas de trabalho, com seus alunos, com suas experiências familiares e na comunidade.

O professor, por mais boa vontade que tenha consciente de seu compromisso e da importância do seu papel, não consegue sozinho, incluir os alunos com NEE. Salas de Recursos e centros de apoios com profissionais especializados podem contribuir para um maior enriquecimento no processo educacional. Para Silva e Arruda (2014, p. 18):

A participação de todos é fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade. É necessário tanto a escola como esses centros de apoio possam mudar pensando no que fazer, para quem fazer e como construir uma sociedade inclusiva, usando sua técnica junto com os materiais oferecidos pela escola ou instituição, o professor pode repensar sua prática pedagógica junto com a equipe escolar.

O professor precisa do apoio de todos os segmentos da escola, os quais necessitam se organizar com momentos de estudo, troca de experiências para buscar novas alternativas, já que a escola é um grupo. Conforme Fonseca (2003, p. 104):

Promover a educação inclusiva é uma tarefa de uma equipe multidisciplinar, que deve adotar uma estratégia do tipo, **pensar em grupo é pensar melhor**, pois só dessa forma se podem explorar todas as opções potenciais de inclusão e não só as mais correntes, acessíveis ou tradicionais.

Inovações, ajustes de currículo, educação continuada são alguns dos princípios da escola que se abre para a educação inclusiva. A formação continuada por parte dos professores se faz necessária, uma vez que para o aluno o mestre não é apenas um mero instrutor, ele tem muita importância pela responsabilidade de não somente construir conhecimento, mas também pela formação de atitudes e valores. Isso não é papel somente do professor e, sim, dos setores que compõem a escola. Para Mantoan (2003, p. 83):

O exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideais, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é um dos pontos-chave do aprimoramento em serviço. Esse exercício é feito sobre as experiências concretas, os problemas reais, as situações do dia-a-dia que desequilibram o trabalho nas salas de aula – está é a matéria prima das mudanças pretendidas pela formação.

A prática inclusiva em sala de aula não deve ser pautada no senso comum, a formação continuada possibilitará esclarecer e resolver problemas pedagógicos, as reuniões ou grupos de estudos apontarão por caminhos pedagógicos da inclusão.

Ainda, segundo Mantoan (2003), o sucesso da proposta de formação aponta como indicadores para a inclusão: o reconhecimento e a valorização das diferenças, como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem, e professores conscientes de seu modo de agir, possibilitando uma construção coletiva do conhecimento.

Na perspectiva inclusiva, a formação dos professores torna-se item essencial, a LDB 9394/96, no seu artigo 59, prevê: professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Não basta somente uma formação adequada como prevê a lei, o professor, pela mediação que faz, deve superar as práticas excludentes. De acordo com Xavier (2002, p.19):

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segrega e exclui, e, ao mesmo tempo, configura na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, e cidadania.

A conscientização por parte dos professores frente a essa nova realidade social, em que as práticas inclusivas se fazem presentes, articulada a competências, novos conhecimentos, capacitação em tecnologias, atualizações, trocas de experiências e cooperação pode contribuir para uma educação que atenda e prepare a todos, sem exclusão. Assim sendo, Mantoan (2003) afirma, sem dúvida, que a cooperação, a autonomia intelectual e social e a aprendizagem ativa são condições que propiciam o desenvolvimento global de todos os professores no processo de aprimoramento profissional (2003, p. 82).

Ainda, a autora nos alerta que, assim como o aluno, o professor não aprende no vazio. Por isso, a proposta de formação parte do que já se sabem desses profissionais, seus conhecimentos, experiências e práticas pedagógicas ao entrar em contato com a inclusão ou qualquer outra inovação educacional (2003, p. 83).

2.3 Ferramentas tecnológicas para crianças com NEE

Em um país com tantas desigualdades e exclusões como o Brasil, o trabalho pedagógico com as tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas escolas pode ser um meio para democratização do conhecimento. As TIC trazem novos desafios relacionados às práticas no cotidiano escolar, mas também trazem novas possibilidades e oportunidades. O aproveitamento de diferentes tecnologias, como computador, tablet, internet na educação podem trazer contribuições significativas para o processo de aprendizagem de crianças com necessidades especiais. Os *softwares* ao serem utilizados de acordo com objetivos educacionais e estratégias adequadas podem propiciar as condições necessárias para promoção de avanços na aprendizagem dos estudantes. Para Dall'Asta e Brandão (2004, p. 2):

Na escola, a introdução de novas tecnologias nas atividades de ensino é impulsionada por muitos professores que acreditam que a escola não pode ficar à margem do processo de transformação da sociedade, sob o risco de perder seu

papel de construtora e de disseminadora do conhecimento. A necessidade de produzir novos conhecimentos para entender, explicar e atuar numa realidade em constante transformação reforça a importância de se utilizarem os meios para alcançar rapidamente as informações e torná-las disponíveis para o maior número possível de pessoas. Nesse sentido, um recurso de que a escola dispõe com importante instrumento para a difusão do conhecimento é o *software* educacional, na medida em que possui qualidade pedagógica em sua transposição didática.

Em suas pesquisas, os autores analisaram alguns *softwares* utilizados por professores, e chegaram à conclusão de que os *softwares* educacionais, em geral, oferecem um ambiente propício para a construção de novos conhecimentos, interatividade, raciocínio lógico.

Também são grandes aliados no desenvolvimento da motricidade, organização do raciocínio e resolução de problemas, pelas fases de um jogo, por exemplo. Os jogos, por sua vez, estimulam a aprendizagem de forma lúdica e divertida, através de um ambiente riquíssimo em estímulos, respeitando os diferentes estilos e níveis de ensino-aprendizagem de cada criança, de inclusão ou não (DALL'ASTA E BRANDÃO, 2004).

Faz-se necessário produzir novas descobertas para explicar e entender uma realidade em constante transformação. A importância de utilizarem os meios para alcançar as informações e disponibilizá-las para um maior número de pessoas é um instrumento que a escola dispõe para a construção do conhecimento, com conteúdos coerentes e objetivos fáceis de serem alcançados de forma interativa, lúdica e criativa. Um *software* educacional se enquadra perfeitamente quando almejamos uma aula que permita ao aluno a organização e construção do raciocínio lógico assim como a resolução de problemas estimulando a aprendizagem de forma atraente e desafiadora (DALL'ASTA E BRANDÃO, 2004).

Como exemplo de *software* educacional de fácil compreensão, Kist (2015) apresenta em suas pesquisas o programa GCOMPRIS que é uma coleção de jogos educacionais voltados para as séries iniciais e principalmente auxilia tanto crianças com NEE como outras crianças, por se tratar de um *software* muito atrativo, colorido e de abordagem interdisciplinar (KIST, 2015).

3 METODOLOGIA

Ao escolher um tema para pesquisa, há que se selecionarem os autores para o referencial e o método. Um caminho para delinear a pesquisa é a revisão sistemática da literatura que, segundo Sampaio e Mancini (2007, p. 84) definem:

Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudos de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados à literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

Os autores afirmam também que uma revisão sistemática segue a estrutura de um artigo original, incluindo seções de introdução, métodos, resultados e discussão. O levantamento dos estudos publicados para a realização da revisão sistemática necessita da observação de algumas etapas, sendo elas: definição do problema de pesquisa, determinação dos termos técnicos e palavras-chave da pesquisa. Assim, retoma-se o problema desta pesquisa, qual seja: Como as tecnologias digitais estão contribuindo para a inclusão escolar?

O estudo realizado neste trabalho é de cunho qualitativo com caráter descritivo buscando um grau maior de conceitualização. Com relação ao objeto e o grau do problema foi exploratório, uma vez que, o estudo buscou o que está sendo produzido e debatido no meio acadêmico sobre o tema. Para tanto, foram realizadas buscas no Repositório Digital Lume – UFRGS. Como critério de seleção e análise, privilegiaram-se os documentos que contêm o foco no uso de mídias para o processo de inclusão em escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul que tenham sido publicados no período de 2010 a 2018.

Foi realizado levantamento inicial de trabalhos correlatos envolvendo as palavras-chave “Mídias + inclusão escolar” no repositório digital LUME UFRGS, a partir do qual se obteve muitos resultados. Lendo-se alguns resumos, observou-se que vários extrapolavam o escopo da presente pesquisa. Assim, definiram-se critérios de inclusão e exclusão, conforme os seguintes itens:

Critérios de exclusão:

- a) Trabalhos alheios à temática de interesse, selecionada a partir do filtro “Tipo”;

- b) Trabalhos que não continham os descritores nas palavras-chave e/ou resumo.
- c) Trabalhos das redes municipais de ensino.

Como critérios de inclusão definiram-se:

- a) Filtro aplicado no repositório Lume/UFRGS - TIPO: Trabalhos de Graduação e de Especialização; ANO: de 2010 até 2018, com foco no Ensino Fundamental da rede estadual de ensino do RS.
 - b) Trabalhos que tratassem das mídias e tecnologias na inclusão de alunos com NEE na área de educação;
 - c) Trabalhos publicados nos últimos oito anos;
 - d) Trabalhos cujo contexto e o público-alvo pertencem ao Estado do Rio Grande do Sul- RS.
- Todos os trabalhos que resultaram após aplicarem-se os critérios apontados foram analisados.

Na primeira etapa deste estudo, para melhor análise deste material, construiu-se um referencial teórico que tem por base a inclusão e tecnologias a partir dos seguintes autores: Mantoan (1997, 2003), Santos e Paulino (2008), Fonseca (2003), Dall'Asta e Brandão (2004).

O material levantado foi organizado e analisado à luz do referencial teórico dentro dos limites das questões deste estudo. Assim, buscou-se disponibilizar um documento que auxilie os docentes para o fortalecimento das ações inclusivas com as tecnologias digitais.

No quarto capítulo, conhecer-se-á o que está sendo debatido no meio acadêmico sobre o tema, resultado das buscas no repositório digital LUME/UFRGS com o foco na região metropolitana na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo principal analisar os trabalhos acadêmicos que resultaram das buscas previamente descritas em relação à temática escolhida. Para tanto, foi realizada uma pesquisa no repositório digital do sistema de bibliotecas LUME-UFRGS, tendo como temática: Mídias e a Inclusão escolar. Diante das buscas e aplicando-se os critérios de seleção, resultaram oito trabalhos. Todos estão elencados no Quadro 1, desde o ano de 2010 a 2018. Na sequência, realiza-se uma descrição de cada um deles, destacando-se aspectos relevantes de acordo com os objetivos desta pesquisa, para, então, serem discutidos à luz do referencial teórico.

Quadro 1- Levantamento bibliográfico do repositório LUME-UFRGS com o foco no uso de mídias para o processo de inclusão em escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul que tenham sido publicados no período de 2010 a 2018.

Ano	Título	Palavras-chave	Conceitos abordados
2010	O uso de Mídias Educacionais no Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo do Portador de Altas Habilidades.	Portador de Altas Habilidades – Mídias Educacionais – Sala de Recurso.	O uso de mídias educacionais no desenvolvimento cognitivo e afetivo do portador de altas habilidades procurando investigar como vem sendo utilizadas as mídias educacionais no contexto educacional das salas de recursos para portadores de altas habilidades.
2010	A contribuição do uso das tics na construção do conhecimento de pessoas com transtornos globais de desenvolvimento.	Inclusão digital – Transtorno Global de Desenvolvimento Atendimento Educacional Especializado	Reflexão sobre a utilização das TICs no processo de construção do conhecimento de alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento das Escolas Estaduais
2011			Nenhuma com a temática em questão.
2012	Tecnologia assistida e inclusão: Expectativas pais e professores.	Tecnologias assistidas. Inclusão. Pessoa com Necessidades Educativas Especiais.	Expectativa de pais e professores de alunos com NEE sobre a apropriação das tecnologias e os impactos na inclusão.
2012	As tecnologias midiáticas a favor da inclusão na educação: uso da	Educação inclusiva. Atendimento educacional especializado. Sala	Implantação nas salas de recursos multifuncionais das ferramentas de acessibilidade nas

	informática por alunos com necessidades especiais-PNE no ensino regular.	de recursos multifuncional.	tecnologias digitais na rede pública do Estado do RGS.
2012	A informática como fator de inclusão social para alunos com necessidades educativas especiais.	Educação especial-inclusão-informática-sala de recursos	A informática como ferramenta para propiciar aos alunos o desenvolvimento de suas habilidades e competências, possibilitando assim uma maior integração social.
2012	Contribuição da informática na educação inclusiva.	Educação inclusiva. Informática. Deficiência intelectual.	Utilização da informática na educação e as metodologias que possam subsidiar o trabalho dos educadores de inclusão.
2013	Mídias na Educação e o Atendimento Educacional Especializado.	Mídias na Educação. Necessidades Especiais. Inclusão.	Benefícios da utilização das mídias na Prática Pedagógica.
2014			Não abordam a temática em questão.
2015	A tecnologia assistida como recurso pedagógico de apoio ao AEE (Atendimento Educacional Especializado)	Atendimento Educacional Especializado. Tecnologia Assistida. Salas de Recursos Multifuncionais.	Reflete sobre quais as tecnologias assistidas disponíveis na rede pública de ensino que servem de apoio ao atendimento educacional especializado AEE.
2016			Não abordam a temática em questão.
2017			Não abordam a temática em questão.
2018			Não abordam a temática em questão.

Fonte: A autora, 2019.

Os trabalhos elencados foram detalhados a seguir, considerando-se, especialmente, a sua organização, abordagens teóricas e principais resultados.

No ano de 2010, consta a monografia de Fonseca, intitulada “O uso de mídias Educacionais no Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo do Portador de Altas Habilidades”, com o objetivo de apresentar uma pesquisa realizada em duas salas de Recursos para Portadores de Altas Habilidades em Porto Alegre. Procurando analisar de que forma o uso das mídias educacionais vem intervindo no desenvolvimento cognitivo e afetivo do portador de altas habilidades. Como problema de pesquisa, a autora fez o seguinte

questionamento: Como as mídias educacionais vêm sendo utilizadas no desenvolvimento dos Portadores de Altas Habilidades nas salas de recursos de escolas públicas estaduais do RS e sua utilização. Este trabalho teve como destaque os seguintes autores em seu referencial teórico Paulo Freire (1979), Gabriela e Possolli Vesce, (2008), Lévy, (1999, p. 92), Zabala, (2002); Valente (2002). Em relação ao papel do professor, a autora afirma que: “nossa tarefa, enquanto educadores é conhecer as características específicas de seus alunos, seus pontos fortes e seus interesses, suas necessidades cognitivas, sociais e afetivas peculiares, a fim de dar-lhes oportunidades de construir seu próprio conhecimento no seu próprio ritmo”. (2010, p. 19). Salienta que se essas crianças tiverem um maior acesso ao ambiente tecnológico, poderão melhor identificar sua área de interesse e certamente, utilizarão o seu talento especial em benefício da comunidade em que estão inseridos.

Fonseca (2010) conclui que, com as práticas executadas nas salas de recursos e a forma como as mídias vêm sendo utilizadas nestes espaços, as diversas habilidades podem ser estimuladas pelas mídias, possibilitando que os alunos se descubram como membros ativos e participantes da sociedade e proporcionando sua inclusão digital e social, valorizando e reconhecendo seus potenciais e competências, desenvolvidos no ambiente de aprendizado. A autora salienta, ainda, que na pesquisa foi possível visualizar que as mídias educacionais vêm sendo utilizadas nas salas de recursos visando o desenvolvimento dos Portadores de Altas Habilidades nas escolas públicas estaduais do RS, na cidade de Porto Alegre, de forma tímida. Isso pode ser por: dificuldade financeira, busca de informações, falta de parcerias e processo centrado muito na figura do professor que necessitaria de uma maior capacitação. Os alunos cobram o acesso às mídias, trazem esse desejo em suas falas e em sua ansiedade por acesso e materiais, por relatarem um desenvolvimento mais rápido de sua aprendizagem de forma prazerosa, através do uso das mídias, que são as ferramentas fundamentais que potencializam múltiplas formas de integração das habilidades e o desenvolvimento pedagógico.

A monografia intitulada “A contribuição do uso das TICs na construção do conhecimento de pessoas com transtornos globais de desenvolvimento”, de Sombrio (2010), tem como objetivo investigar se o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de recursos,

Através do uso das TICs, está auxiliando a PNEE (pessoa com necessidade educativa especial) no processo de construção do conhecimento em duas escolas estaduais de Porto Alegre-RS. O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, foi descrito

o contexto, o problema, a abordagem metodológica e a organização da pesquisa. No segundo, é apresentada uma revisão bibliográfica acerca dos assuntos que envolvem a inclusão escolar: Legislação, AEE, definição de transtorno global de desenvolvimento e inclusão digital. No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia utilizada e análise dos dados coletados, bem como a discussão de resultados embasados no referencial teórico. No último capítulo, estão as considerações finais.

O capítulo sobre inclusão digital relata que as escolas pesquisadas continham equipamentos, mas que a internet representou um problema durante as práticas pedagógicas, limitando o trabalho do professor, uma vez que dificultou a exploração de recursos digitais. Constatou também que os recursos digitais disponíveis poderiam ser mais bem explorados, já que nos atendimentos os alunos faziam as mesmas atividades, utilizando os mesmos materiais. Constatou que os alunos se sentiam motivados no uso do computador, mas nem sempre o mesmo foi usado de maneira adequada às suas necessidades e diz que isso ocorreu pela falta de preparo dos recursos humanos no uso das TICs no AEE, já que é necessário que o professor especialista tenha formação para fazer bom uso das tecnologias.

Como resultado do estudo Sombrio (2010) conclui que as dificuldades encontradas para a melhor exploração desses recursos não contribuíram para que os alunos, através das TICs, desenvolvessem a capacidade de acessar, adaptar e construir conhecimento, para a autora não houve aproveitamento pedagógico adequado.

No ano de 2012, Galisteo, em sua monografia: “Tecnologia assistida e inclusão: Expectativas pais e professores” trata sobre as expectativas que pais e professores de alunos com necessidades especiais têm sobre a apropriação dessas tecnologias e o possível impacto na sua inclusão. No decorrer do trabalho, são desenvolvidos referenciais teóricos sobre o conceito de inclusão, a legislação, a história dos portadores de necessidades especiais (PNE), as relações entre os alunos, a escola, a família e as tecnologias assistidas. A metodologia desenvolvida foi estudo de caso envolvendo coleta de dados através de entrevistas e questionários.

A autora (2012) afirma que as TIC's permeiam as ações da sociedade, fazendo-se necessário falar em inclusão escolar interligada com essas tecnologias. Constatou que para uma significativa parcela de alunos com necessidades especiais, o acesso às TIC's não é automático. Ou seja, nem os laboratórios nas escolas, nem os computadores em suas casas são acessíveis a eles.

O capítulo 4, Galisteo (2012) chama atenção por apresentar as tecnologias assistidas envolvidas no projeto em que fez parte, com o título “A tecnologia a serviço da educação inclusiva”, realizado em parceria com a Secretaria de Educação e uma instituição de ensino superior. A equipe do projeto coletou dados do cotidiano de cada criança participante e realizou avaliações clínicas, de fisioterapia, de fonoaudiologia, de terapia ocupacional, nutricional e pedagógica, ocorrendo, a seguir, uma remodelagem dos espaços da classe especial de deficientes múltiplos com instalação de multimídia e de computador em sala de aula. O coordenador do projeto ofereceu capacitação para professores com os recursos adquiridos e sobre abordagem com as tecnologias assistidas que são: cadeira de rodas manuais, pulseira de peso, *software* para comunicação, colmeia acrílica para uso em teclado comum de computador, *software* com atividades pedagógicas adaptadas, *mouse* de controle de cabeça (*Headmouse*), teclado programáveis e virtuais, estabilizador de punho com ponteira para digitar.

Galisteo (2012) conclui que o trabalho de investigação e reflexão sobre as expectativas do projeto, “A tecnologia a serviço da educação inclusiva”, tem presente que o uso das tecnologias assistidas na vida das PNEs é fundamental para sua autonomia educacional, pessoal e social. As expectativas de pais e professores em relação ao projeto estão em sintonia, isto é, nem pais e nem professores esperam ou prometem, respectivamente, soluções mágicas e únicas para todas as dificuldades/necessidades especiais dos alunos que participaram do projeto na escola pública que ocorreu. A autora sugere a realização de outros estudos que abordem as tecnologias assistidas e a inclusão.

Ainda no ano de 2012, Marques, com sua monografia “As tecnologias midiáticas a favor da inclusão na educação: uso da informática por alunos com necessidades especiais-PNE no ensino regular”, parte de uma inquietação pessoal tomando como referencial a prática vivenciada em uma Coordenadoria Regional do Estado, da Secretaria de Educação, do Rio Grande do Sul. Realizou um levantamento de dados sobre as ações desenvolvidas nas salas de recursos multifuncionais, que estão sendo implantadas nas escolas da rede pública de ensino, junto aos alunos PNE, utilizando-se como ferramenta de acessibilidade as tecnologias digitais. Diante disto, a questão problema foi: Que ações são desenvolvidas nas escolas pelos professores, através das tecnologias midiáticas de comunicação com alunos PNE? Organizou o trabalho em três eixos, sendo o primeiro Teórico, no qual é abordada a inclusão de alunos especiais no ensino regular, quem são estes alunos, qual o atendimento que deverá ser realizado e como usar as tecnologias digitais com estes alunos.

Neste capítulo, destaca-se a recomendação de *softwares* de acordo com cada tipo de deficiência. O Eixo metodológico, que é apresentado o modelo de investigação, que consiste em uma pesquisa qualitativa com estudo de caso, tendo sido utilizados como coleta de dados: observações e entrevistas semiestruturadas com educadoras em cinco escolas estaduais de ensino fundamental. No último eixo, é feita uma abordagem reflexiva sobre o tema escolhido chegando à conclusão que não existem soluções mágicas para os problemas, é um processo que deve ser constantemente avaliado e analisado para suprir as necessidades dos alunos com NEE. Através das entrevistas, ficou claro que os participantes acreditam que as tecnologias facilitam a comunicação, socialização, aumentam a autoestima nas relações interpessoais e a participação nas redes sociais. O projeto oportunizou aos professores estabelecer diálogo com profissionais da área de informática e da saúde, permitindo assim trocas de experiências na busca por mudanças na sua prática.

Neto (2012), em sua monografia “A informática como fator de inclusão social para alunos com necessidades educativas especiais”, realizou sua pesquisa com alunos de NEE em uma escola estadual do município de São Jerônimo-RS. Seu foco foi o trabalho realizado por professores que utilizam a informática como ferramenta para proporcionar aos alunos o desenvolvimento de suas habilidades e competências, possibilitando assim uma maior integração social. Estruturou o trabalho assim: O capítulo 2 apresenta uma explanação sobre as TICs na educação especial no Brasil dividido em três partes: a primeira sobre a educação especial no Brasil; a segunda sobre as TICs voltadas à educação especial; e, por último, os *softwares* voltados a alunos com NEE. O capítulo 3 apresenta a pesquisa; o local; os participantes; o tipo de pesquisa; a coleta de dados; a análise; e como a informática auxilia na aprendizagem dos alunos com NEE observados. No quarto, as considerações finais. O que chama atenção em seu trabalho é a constatação de que com os alunos de NEE o trabalho deve ser diferenciado, voltado às necessidades e dificuldades, não pela incapacidade de aprender, mas porque o seu caminho até a aprendizagem percorre uma via diferente da percorrida pela maioria dos alunos classificados como “normais”. A professora da sala de recursos utiliza o *software Cobpaint* (programa de pintura com formas) com interface muito simples e apenas algumas ferramentas. Conclui que a importância da tecnologia na educação está sendo muito discutida, mas em se tratando de educação especial é quase obrigatória. Conciliar a educação especial às TICs é assegurar o direito de acesso ao conhecimento, mostrando seu potencial. Constatou também a falta de capacitação dos professores para a sua utilização. Na área cognitiva, a informática

proporciona aos alunos na aprendizagem: a percepção, a atenção, linguagem, raciocínio e conceituação.

Machado (2012), em sua monografia: “A Contribuição da informática na educação inclusiva”, tem como objetivo verificar a utilização dos recursos da informática observando os benefícios que estas metodologias proporcionam na educação de crianças com deficiência intelectual no desenvolvimento de suas potencialidades. Utilizou a pesquisa bibliográfica onde realizou um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas sobre informática e deficiência intelectual. A apresentação da pesquisa encontra-se estruturada em cinco capítulos. Após a introdução, o segundo capítulo tem como foco a inclusão, a caracterização da deficiência intelectual e metodologias significativas para deficiente intelectual. O terceiro uma breve explanação de uma retomada dos aspectos históricos da educação inclusiva. No quarto capítulo, alguns recursos da informática que são ou podem ser utilizados na educação de alunos com deficiência intelectual. No quinto, analisa o que se pretende ou utilizaram na informática na educação de alunos PNE. O sexto foi reservado à apresentação da metodologia e das reflexões sobre resultados alcançados. Analisou alguns trabalhos e conclui que: “é interessante que políticas públicas estejam sempre oportunizando recursos para o contexto da informatização. Mas não basta gerar recursos é preciso que pessoas, ou seja, educadores da educação inclusiva se mantenham informados e dispostos a utilizar os materiais que a informática oferece para melhorar a aprendizagem de seus educandos”. (MACHADO, 2012, p.41). Afirma também que algumas metodologias utilizadas propiciam ao educando: coordenação motora, autonomia, construção da leitura e da escrita, interpretação e criatividade, mas é preciso que estes investimentos alcancem maior amplitude para que educadores sejam preparados a direcionar sua prática através do uso da informática valorizando os recursos que esta ferramenta pode oferecer para a educação inclusiva. Diante dos avanços tecnológicos, é preciso repensar o fazer pedagógico das escolas buscando alternativas para ressignificar a aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais para que elas possam acompanhar a referida evolução.

No ano de 2013, Berg, com a pesquisa intitulada “Mídias na Educação e o Atendimento Educacional Especializado”, optou por realizar uma revisão bibliográfica no sentido de levantar e cotejar o que diferentes autores pensam a respeito da relação inclusão/TIC tendo em vista os alunos com NEE. São citados trabalhos como os de

Postman (1999), Dornelles (2005), Carvalho (2004), S. Stainbak (1990), Gomez (2009), Bossa (2000) e Diniz (2007). Dividiu a monografia em três capítulos: o primeiro “A criança e a sua inclusão na sociedade”, no segundo, “As pessoas com necessidades educacionais especiais na escola: ainda há exclusão” e o terceiro capítulo “Tecnologia e inclusão”. Neste, comenta que é a parte mais substancial do trabalho. Afirma que as tecnologias têm facilitado a vida de muitas pessoas com NEE, gerando autonomia em muitas atividades que antes não conseguiam realizar. Conclui que muitos alunos têm demonstrado dificuldades de compreender determinados conteúdos que sempre foram ensinados em nossas escolas. A metodologia de muitos professores não tem alcançado uma aprendizagem efetiva. As tecnologias com sua velocidade de informação muitas vezes têm sido mais eficientes no processo de aprendizagem do estudante do que os métodos tradicionais de ensino. Alunos com NEE também apresentam muitas dificuldades em relação aos conteúdos e as tecnologias podem, sim, auxiliar nesse processo, facilitando a aprendizagem. Constatou em sua pesquisa que o governo tem investido em tecnologias para as escolas brasileiras, que está no início à proposta de inclusão tecnológica nas escolas, mas já é um avanço em relação ao que tínhamos há poucos anos.

Costa (2015), em sua monografia intitulada “A tecnologia assistida como recurso pedagógico de apoio ao AEE (Atendimento Educacional Especializado)”, trata sobre três escolas da rede estadual de ensino da cidade de Quaraí-RS que possuem salas de recursos multifuncionais, atendendo a alunos com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, baixa visão, surdos-mudos e com espectro autismo. O trabalho pretende refletir sobre quais as tecnologias assistidas disponíveis na rede pública de ensino que servem de apoio ao atendimento educacional especializado AEE. Constatou que, num cenário cercado por tantas políticas direcionadas para a educação especial e à inclusão escolar que norteiam o sistema educacional, as salas de recursos multifuncionais são locais propícios para a concretização de uma educação inclusiva, pois dispõem de uma organização própria, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos adaptados e profissionais com formação para atender a pessoa com NEE. Em relação aos pais dos alunos especiais, em suas entrevistas, constatou que muitos não admitem as reais limitações dos seus filhos, fazendo com que a evasão se faça presente nas salas de recursos multifuncionais que devem ser ministradas no turno inverso. O termo reforço logo constitui uma dura realidade que assusta os pais, o que atrasa o desenvolvimento dos alunos. Conclui que as salas de recursos ou salas de recursos multifuncionais têm a função de acolher os

jovens e prepará-los para a convivência nas classes comuns. As salas de recursos, portanto, compõem um conjunto de procedimentos específicos com a função de mediar e auxiliar o processo de construção de novos conhecimentos, junto aos sujeitos que nelas são atendidos. O atendimento especializado está, intimamente, ligado à tecnologia presente nos vários programas, jogos, equipamentos e objetos adaptados, disponíveis nessas salas que são espaços propícios para um trabalho com temas transversais, no entanto, faltam cursos de capacitação, a fim de melhor qualificar os professores para o uso de todas essas mídias com mais propriedade.

4.1 Síntese dos Resultados

No decorrer da presente pesquisa, buscou-se um resgate de estudos realizados no que tange a mídias na educação, sua utilização e metodologias aplicadas pelos profissionais no processo de inclusão escolar.

De acordo com o objetivo deste trabalho, que é conhecer o que está sendo produzido no meio acadêmico sobre mídias e inclusão escolar em uma revisão sistemática da literatura, e com a questão problema “como as tecnologias digitais estão contribuindo para a inclusão escolar?”, a autora subdividiu a análise nas seguintes em categorias: Salas de Recursos Multifuncionais; Ferramentas como Aliadas na Inclusão Escolar e; O papel do professor.

Dos trabalhos designados pela estratégia de busca inicial, que foram avaliados e analisados, contata-se que seis trazem as salas de recursos multifuncionais como locais propícios para que a inclusão aconteça de fato: Sombrio (2010), Fonseca (2010), Neto (2012), Marques (2012), Galisteo (2012) e Costa (2015). Todos os autores (oito) destacam as tecnologias como aliadas na inclusão de alunos especiais. Sombrio (2010), Marques (2012), Galisteo (2012), Neto (2012) e Costa (2015), totalizando cinco trabalhos, destacam que o professor necessita de formação adequada para fazer as mediações necessárias para a construção do conhecimento dos alunos com NEE e deve haver sintonia entre os profissionais das salas de recursos e os que atuam nas classes comuns.

4.1.1 Salas de Recursos Multifuncionais

Os trabalhos de Fonseca (2010), Sombrio (2010), Marques (2012), Neto (2012), Galisteo (2012) e Costa (2015), seis trabalhos de um total de oito, referem que as salas

de recursos multifuncionais são locais propícios para a concretização de uma educação inclusiva, pois dispõem de uma organização própria, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos adaptados e profissionais com docência e formação específica para atender a criança com NEE. Salientam que as salas de recursos multifuncionais aliadas às tecnologias, propiciam diversas habilidades estimuladas pelas mídias. As atividades propostas pelos professores são ricas em oportunidades que desafiam o aluno, possibilitando que os alunos se descubram como membros ativos e participantes da sociedade e proporcionam sua inclusão digital e social, valorizando e reconhecendo seus potenciais e competências, desenvolvidos no ambiente de aprendizado.

Ao verificar a legislação, a educação especial avançou rumo à inclusão dos alunos especiais na rede regular de ensino e propõe a Política Nacional de Educação Especial, a qual recomenda que se fortaleça a escola (BRASIL, 2008). Contudo, esse fortalecimento previsto em lei acontece a passos lentos, pois, na realidade, a maioria das escolas não oferecem recursos e subsídios para trabalhar com os alunos e as suas dificuldades. A autora do trabalho em tela, como professora da rede estadual de ensino há 10 anos, ressalta que, ainda que essas salas sejam consideradas como fundamentais pelos autores, a realidade do Estado do RS demonstra que grande parte das escolas não disponibiliza este espaço e nem profissionais para atenderem o público alvo da educação especial. Dentro da rede estadual, as salas de recursos e de Atendimento Educacional Especializado (AEE) assim como os laboratórios de informática, com o mínimo para a inclusão digital de alunos especiais, poucas escolas possuem, fato constatado no cotidiano da pesquisadora. ¹Mantoan (2003, p. 57) ressalta que:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

¹ A autora entrou em contato por correio eletrônico com a Secretaria de Educação RS para ter conhecimento de quantas escolas possuem sala de recursos, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e laboratórios de informática ativos, mas não obteve retorno até a data da entrega da versão final desta monografia.

Assim, entende-se que as crianças que não têm o benefício de conseguir uma vaga nas salas de recursos multifuncionais, disponibilizadas pela Secretaria de Educação, assim como um professor especializado e com capacitação especial, terão menos chances de desenvolver habilidades e competências tão importantes para sua formação.

4.1.2 Ferramentas como Aliadas na Inclusão Escolar

Os pesquisadores em seus trabalhos confirmaram que durante a pesquisa, alunos com muitas dificuldades de aprendizado, apresentaram desempenho satisfatório na utilização dos recursos tecnológicos, ressignificando suas aprendizagens.

As tecnologias como aliadas na inclusão de crianças com necessidades especiais podem oferecer melhores condições e caminhos alternativos para a inclusão deste público alvo. Sugestões de *softwares* e recursos apropriados estão bem detalhados nos trabalhos de Galisteo (2012) e Berg (2013) para facilitar e incluir de fato as crianças com NEE. Galisteo (2012) focou sua busca no *site* do MEC junto ao Manual de Orientação para implantação de salas de recursos multifuncionais alvo. Sugestões de *softwares* e recursos apropriados estão bem detalhados nos trabalhos de Galisteo (2012) e Berg (2013) para facilitar e incluir de fato as crianças com NEE. Galisteo (2012) focou sua busca no *site* do MEC junto ao Manual de Orientação para implantação de salas de recursos multifuncionais. Para alunos com deficiência visual, materiais como: lupa eletrônica (manual e horizontal) impressora Braille, *softwares* de leitura de tela, ampliadores de tela, no caso de alunos com baixa visão, *hardwares* linha Braille e agendas eletrônicas. A pesquisadora afirma que “há diferentes *softwares* que transformam a fala em escrita visual no computador e *sites* com textos e imagem em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinal) para alunos com deficiência auditiva”. Para alunos com deficiência motora, a utilização de: cadeira de rodas manuais, pulseira de peso, *software* para comunicação, colmeia acrílica para uso em teclado comum de computador, *software* com atividades pedagógicas adaptadas, *mouse* de controle de cabeça (*Headmouse*), teclados programáveis e virtuais, estabilizador de punho com ponteira para digitar (Galisteo 2012, p.37).

O uso desse tipo de ferramenta tecnológica no processo de inclusão pode facilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficientes e eficazes quando o professor planeja a sua integração à realidade dos alunos. Conforme afirma Pereira (s/a, p. 5):

A inserção dos recursos tecnológicos na sala de aula requer um planejamento de como introduzir adequadamente as TICs para facilitar o processo didático-pedagógico da escola, buscando aprendizagens significativas e a melhoria dos indicadores de desempenho do sistema educacional como um todo, onde as tecnologias sejam empregadas de forma eficiente e eficaz. A partir das concepções que os alunos têm sobre as tecnologias, sugere-se que as instituições educacionais elaborem, desenvolvam e avaliem práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento de uma disposição reflexiva sobre os conhecimentos e os usos tecnológicos.

Foi possível verificar que as tecnologias aliadas à inclusão escolar abrem diversas oportunidades para que os alunos interajam e construam conhecimento de forma a se sentirem membros da sociedade. Contudo, para viabilizar o trabalho do professor titular com os alunos com NEE nos laboratórios de informática, faltam técnicos em informática nas escolas que sejam responsáveis pelo ambiente, que possam instalar, atualizar *softwares* educacionais e realizar a manutenção dos computadores.

4.1.3 O papel do professor

Os trabalhos de Sombrio (2010), Marques (2012), Galisteo (2012), Neto (2012) e Costa (2015) ressaltam que o professor atua como agente de transformação, avaliando o interesse e necessidade dos alunos, utilizando-se de todos os meios tecnológicos disponíveis para criar situações ricas em aprendizagem. Com objetivos claros, desafia os alunos à exploração de novidades, buscando a compreensão e a construção de novos conhecimentos. O professor especializado deve orientar os professores da sala comum quanto à metodologia e estratégias a serem aplicadas com os alunos com NEE.

O processo de construção de uma educação que inclua a todos parte de uma mudança ampla em toda a comunidade escolar, envolvendo desde aspectos de estruturais das instituições, como laboratórios de informática e suporte técnico, até organizacionais e pedagógicos, como a formação continuada por parte dos professores e planejamento conjunto. De acordo com Mantoan (1997, p. 120):

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

O professor consciente de seu papel deve buscar capacitação para atender estes alunos que fazem parte da inclusão escolar, uma vez que estes alunos estão cada vez

mais preenchendo as salas de aulas regulares e incluí-los de fato requer que o professor busque alternativas e materiais adequados. Muitas vezes, mesmo sem um curso apropriado, o professor faz, na sua prática, planejamentos distintos para atender as necessidades dos alunos especiais. Sem tempo na escola para planejamento, comumente o professor usa seu tempo não remunerado em casa e, principalmente, aos fins de semana para correção de provas, planejamento das aulas da semana, incluindo cópias das atividades com sua impressora particular.

Sabe-se que a rede pública de ensino no RS, ao qual a pesquisadora faz parte como docente há muitos anos, não tem sido prioridade para investimentos por parte das gestões de governo, tanto em infraestrutura, quanto na valorização e capacitação de professores, tendo se agravado este quadro de negligência nestes últimos quatro anos de governo (2014-2018). Mesmo assim, ainda existem professores que, por amor à profissão, alimentam o sonho por uma educação pública e de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos avanços tecnológicos em mutação quase que diariamente, a escola precisa andar junto, adaptando-se e transformando-se à realidade. Repensar as práticas pedagógicas buscando alternativas para ressignificar a aprendizagem dos alunos com NEE para que os mesmos possam avançar e acompanhar esta referida mutação, se faz necessário.

Com a revisão bibliográfica realizada neste estudo, foi possível verificar que grande parte dos trabalhos encontrados consideram as tecnologias como uma forte aliada ao processo de inclusão, uma vez que as mídias e, principalmente, o computador e seus programas podem se prestar a diferentes funções e objetivos, proporcionando formas mais atrativas de ensino e aprendizagens mais significativas.

A maioria dos autores defende que as salas de recursos multifuncionais são locais propícios para a concretização de uma educação inclusiva, pois dispõem de uma organização própria, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos adaptados e profissionais com docência e formação específica para atender a criança com NEE. Salientam que as salas de recursos multifuncionais aliadas às tecnologias propiciam diversas habilidades estimuladas pelas mídias.

As leis asseguram o direito, mas, na rede estadual, é possível verificar a falta de ações efetivas do poder público para garantir professores qualificados, salas e recursos adequados para um processo de inclusão de qualidade.

Dos trabalhos analisados, cinco destacam que o professor necessita de formação adequada para fazer as mediações necessárias para a construção do conhecimento dos alunos com NEE e deve haver sintonia entre os profissionais das salas de recursos e os que atuam nas classes comuns. Segundo os resultados das pesquisas, o professor tem um papel fundamental, tanto os das salas de recursos multifuncionais como os das salas regulares, em priorizar um atendimento de qualidade e buscar sempre a formação continuada para atender estes alunos, tendo em vista seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo.

As escolas, por sua vez, precisam conhecer e valorizar a importância da qualificação de seus professores e dos benefícios relativos à implantação das salas multifuncionais. Assim, poderão buscar, pelas vias adequadas, tais recursos junto ao poder público, bem como garantias de formação para seu corpo docente, prestando-lhes o apoio técnico necessário.

Ficou evidente que o uso das tecnologias para a construção do conhecimento das crianças com NEE não se constitui apenas uma ferramenta a mais. As tecnologias podem proporcionar experiências e aprendizagens significativas para essas crianças. Na escola em que a autora do trabalho leciona, o laboratório de informática está à disposição, porém faltam profissionais responsáveis pelo local.

Através dos estudos realizados para a construção deste trabalho, o *software* GCOMPRIS abre um leque de oportunidades, uma vez que, trata-se de um programa educativo muito fácil de instalar. As atividades lúdicas, dirigidas às crianças entre os 2 e 10 anos de idade, desenvolvem habilidades e conteúdos como: inteligência, reflexo, motricidade, estratégia, atividades para áreas da Matemática, Ciências, Português, entre outras. Com um planejamento adequado e objetivos claros, pode-se proporcionar a construção do conhecimento de forma atrativa e efetiva com todas as crianças, em particular, as com NEE.

Cabe relatar que o interesse pelo *software* ganhou forma quando a autora recebeu uma estagiária para realizar dois dias de observação e três dias de prática docente com a turma em que atua como professora titular. Nos três dias em que a estagiária ficou com os alunos, a autora conseguiu instalar o *Software* COMPRIS em treze máquinas no laboratório de informática, fazendo com que seus alunos interagissem com este programa. Esta experiência apresentou excelentes resultados, porém a maior dificuldade se deu em razão de problemas com a internet, que por ser lenta atrasou a instalação nas outras máquinas.

Com esta experiência pedagógica e com a presente pesquisa, a autora considera que uma visão da educação que englobe o uso das tecnologias na educação inclusiva contribui para um repensar pedagógico. Com o uso dos *softwares* educacionais, os professores podem viabilizar novas formas de construção de conhecimento de forma lúdica e com melhores resultados. A socialização, motricidade, atenção são algumas habilidades que os *softwares* educacionais proporcionam.

Apesar desses benefícios apontados pelos trabalhos acadêmicos, este estudo tornou evidente a falta de trabalhos com a temática nos últimos anos, de 2016 a 2018, no contexto escolar do estado (RS). Todavia, o tema em questão é de suma importância, uma vez que a inclusão e o uso das tecnologias proporcionam quebra de paradigmas educacionais na busca de caminhos alternativos para uma educação mais justa e integradora. Com isso, questiona-se o porquê dessa ausência de trabalhos acadêmicos recentes ao se tratar de

questões tão relevantes e atuais como a inclusão escolar e as tecnologias. Pode-se pensar em falta de incentivo para qualificação docente e para pesquisa, por exemplo.

Finalizando, sugere-se a realização de novos estudos que abordem as mídias e a inclusão escolar, de modo a contribuir para o esclarecimento de alguns motivos que justifiquem a apontada escassez de trabalhos acadêmicos e pedagógicos relacionados a esses temas no contexto estadual e, inclusive, podendo-se ampliar o escopo para outras redes e estados. Acredita-se que este e outros estudos possam auxiliar professores e profissionais da área na sua prática pedagógica, assim como a reunir aspectos fundamentais para a efetiva inclusão escolar aliada às tecnologias, tais como aqueles aqui levantados, como uma infraestrutura mínima necessária para o uso das mídias nas escolas, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a disponibilização de profissionais para manter em pleno funcionamento os laboratórios de informática. Com base no estudo realizado, pode-se, ainda, destacar alguns recursos específicos para os alunos com NEE, como o uso de: leitor de tela, tradutor, teclado colmeia e *softwares* que contemplem diferentes habilidades e capacidades; todos fundamentais para a concretização de uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Conversas sobre Educação**. Campinas: Versus, 2003.

BERG, Amanda, S.P. **As tecnologias a favor das pessoas com necessidades especiais**. 2013. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/96067/000911614.pdf?sequence=1>>
Acessado em 06/09/2018.

BEYER, H.O. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas de educação especial. **Revista Educação Especial**. Brasília, p.73, 2006.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 13 jul.1990.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001**.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE, 2001^a. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acessado em 06/09/2018.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 02/2001, de 11 de setembro de 2001**.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001b.

_____. Ministério Público Federal; Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. 2^a ed., 2004.

_____. **Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007.

_____. **Constituição da República federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: Acesso em 10 set.2018.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: [m<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação/1033668/lei-12764-12>](http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação/1033668/lei-12764-12). Acesso em 10 set. 2018

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.**

Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 > Acesso em 10 set.2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is.** 3. ed. Porto Alegre. Mediação, 2005.

COSTA, Gilmar, F. **A tecnologia como recurso pedagógico de apoio ao AEE (Atendimento Educacional Especializado).** 2015. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre-RS Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/133903>. Acessado em 10/09/2018. Porto Alegre, 2015.

DALL'ASTA, Rosana j.; BRANDÃO, Edimilson J.R. **A Transposição Didática em Software Educacionais.** Passo Fundo-RS 2004. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewfile/1228/1041> Acessado em 23/09/2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Espanha, 1994.

FIGUEIRA, Emilio. **O que é educação inclusiva.** São Paulo: Brasiliense, 2011. – (Coleção Primeiros passos; 343).

FONSECA, Lisiane, B. P da. **O Uso de Mídias Educacionais no Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo do Portador de Altas Habilidades.** 2010. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141389>.- Acessado em 10/09/2018. Porto Alegre, 2010.

FONSECA, Vitor da. **Tendências futuras da educação inclusiva.** Educação, Porto Alegre, a.XXVI, n.49, p.99-113, mar.2003.

GALISTEO, Fernanda.S de. **Tecnologias Assistidas e Inclusão: expectativas pais e professores.** 2012. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95862/000913931.pdf?sequence=1> Acessado em 10/09/2018. Porto Alegre-RS

KIST, Tânia Mara. **A Tecnologia como Proposta de Estímulo para a Aprendizagem na Educação Especial.** 2015. Trabalho de Conclusão de Especialização. Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/133841>> Acessado em 20/10/2018. Porto Alegre, 2015.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MACHADO, Rozangela.S. **Contribuição da Informática na Educação Inclusiva**. 2012. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102821>>. Acessado em 10/09/2018. Porto Alegre-RS

MARQUES, Leony.C. **As Tecnologias Midiáticas a favor da Inclusão na Educação: uso da informática por alunos com necessidades especiais- PNE no ensino regular**. 2012. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95654/000915848.pdf?sequence=1>>. Acessado em 10/09/2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Educação Inclusiva**. In: 2º Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, 2001. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. **Anais**. 2003, p. 124-127.

_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** - São Paulo: Moderna, 2003.

NETO, Manoel, M. dos Santos. **A Informática como fator de Inclusão Social para Alunos com Necessidades Educativas Especiais**. 2012. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95686>. Acessado em 10/09/2018.

PEREIRA, Bernadete Terezinha. **O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na Prática Pedagógica da Escola**. Artigo disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1381-8.pdf>>. Acesso em 13/11/2018.

SAMPAIO RF; MANCINI MC. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Rev. bras. fisioterapia. São Carlos, vol. 11, n.1, p.83-89, jan/fev.2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141335552007000100013>. Acesso em 23/09/2018.

SANTOS. Mônica Pereira dos. O papel do Ensino superior na Proposta de uma Educação Inclusiva. **Revista Movimento** – Revista da faculdade de Educação da UFF, Rio de Janeiro, n.7, p.78-91, maio 2003.

_____. PAULINO, Marcos M. (Orgs). **Inclusão em Educação: culturas, políticas e práticas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre desenvolvimento**, v.7, n.39, 1998.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O papel do professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação-Volume 5- nº1- 2014.

SOMBRIO, Clarissa.M. **A Contribuição do Uso das TIC's na Construção do Conhecimento de Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento**. 2010. Trabalho de Conclusão Especialista em Mídias na Educação. CINTED/UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141497/000991931.pdf?sequence=1>>. Acessado em 10/09/2018. Porto Alegre-RS.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, Técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**. Revista Integração: Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.